

12 FEV 1996

GAZETA MERCANTIL

SEGUNDA-FEIRA, 12 DE FEVEREIRO DE 1996

Econ Brasil
Sintonia fina, quase imobilidade

Ante a enxurrada de dólares e a ameaça de descontrole da política monetária, o governo viu-se pressionado a adotar medidas para refrear o ingresso de recursos do exterior de natureza especulativa. Contudo, as resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) na semana passada não chegam nem mesmo a merecer a designação de "pacote", no sentido que se tem dado ao termo. São ajustes aqui e ali, que, ainda que justificáveis, não atacam frontalmente o problema, não devendo, na avaliação do mercado, ter um efeito apreciável.

A nosso ver, seria mais eficaz a imposição de uma quarentena, um prazo fixo entre a contratação dos recursos e o seu ingresso efetivo na economia, que, no Chile, é de noventa dias. Além de essa ser uma norma geral, da qual seriam excluídos apenas os investimentos diretos e os capitais de longo prazo, isso permitiria criar um colchão de proteção contra movimentos especulativos. Em vez disso, atendendo a recomendações de instituições internacionais, como a equipe econômica tem deixado a entender, o governo preferiu uma taxação branda e medidas administrativas para corrigir as distorções mais gritantes.

Realmente, já estava na hora de proibir aplicações de investidores estrangeiros em moedas de privatização negociadas nas bolsas de valores e de impedir que empréstimos fossem tomados no exterior para aplicação em títulos do Tesouro com correção cambial. O CMN resolveu também taxar em 5% os investimentos estrangeiros em fundos de privatização para o capital estrangeiro, que só

em janeiro carrearam mais de US\$ 500 milhões, e alongar de dois para três anos o prazo mínimo de captação de recursos em bônus e "notes". Como estímulo ao capital externo de melhor qualidade, o governo limitou-se a não impor IOF sobre aplicações em Fundos Mútuos de Empresas Emergentes e Fundo de Investimento Imobiliário.

A equipe econômica não mostra capacidade de decisão quanto ao juro

Tem-se a impressão de que tudo isso já poderia ter sido feito há muito tempo. Quanto à privatização, especificamente, seria inexatô dizer que, com as resoluções do CMN, "mudaram as regras". Em uma fase em que devem ser transferidas para o setor privado as grandes companhias energéticas e a Cia. Vale do Rio Doce (CVRD), a participação do capital externo, que até aqui foi insignificante na desestatização, é de suma importância, e o governo nada faria e não fez para atrapalhar o influxo de recursos nessa direção. Os investimentos estrangeiros para privatização poderão ser feitos em dinheiro ou em títulos e os fundos com essa finalidade continuam atraentes, apesar do IOF.

A grande crítica que se pode fazer às medidas é a grande crítica que se pode fazer à atual política econômica. O governo não sente confiança para adotar uma posição decidida com relação às taxas de juro que sufocam a economia e para corrigir a sobrevalorização do câmbio. São diversos

hoje os empresários que têm defendido uma política que leve a uma rebaixa significativa do juro, que permita reduzir a taxa real, hoje em torno de 2,3%, para 1,5% ou menos. Em face do nível de liquidez internacional e da credibilidade que a economia brasileira conquistou no exterior, isso não afetaria o ingresso de recursos externos para fins produtivos no País. Como é hoje patente, o País está rapidamente passando da fase de anúncio de investimentos para a fase de sua concretização, e hoje são comuns projeções de que o influxo de capital de risco para o País neste ano deve ser de US\$ 5 bilhões para cima.

Da mesma forma, não há por que a taxa de câmbio não possa ir deslizando na faixa prevista, o que poderia acontecer com segurança se as autoridades monetárias decidirem adotar mecanismos efetivos para dosar o ingresso de recursos externos. Se as exportações pudessem crescer com mais ímpeto, de forma sustentável, seria aberto mais espaço para importações e algumas medidas protecionistas que o governo foi levado a tomar poderiam ser abandonadas com o passar do tempo.

Ninguém advoga uma reviravolta súbita, que poderia vir causar traumas ou significar uma ameaça à estabilização, que tantos benefícios têm proporcionado à população. Poderíamos evoluir na direção de uma política mais realista, se a equipe econômica mostrasse maior capacidade de decisão. Não seria preciso ruído, mas a fina sintonia preferida pelo governo transmite a sensação de imobilidade.